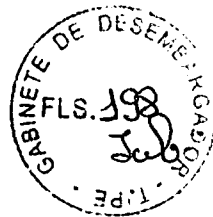




ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**1ª CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO Nº 0002466-24.2012.8.17.1480 (nº 0329353-4)**

**AGRAVANTE: NOVA PONTOCOM COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A.**

**AGRAVADO: ALVINHO H. MENEZES ME**

**RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM SEDE DE RECURSO DE APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. FRAUDE. CANCELAMENTO. DANO MORAL. DIREITO A INDENIZAÇÃO. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

**ACORDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO nº 0002466-24.2012.8.17.1480 (Nº 0329353-4), em que é agravante **NOVA PONTOCOM COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A.** e agravado **ALVINHO H. MENEZES ME** acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível, quanto ao mérito, à unanimidade, negar provimento ao Recurso de Agravo, mantendo a decisão terminativa em todos seus termos, estando tudo de acordo com as notas taquigráficas, votos e demais peças processuais que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de julho de 2014

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**1ª CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO Nº 0002466-24.2012.8.17.1480 (nº 0329353-4)**

**AGRAVANTE: NOVA PONTOCOM COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A.**

**AGRAVADO: ALVINHO H. MENEZES ME**

**RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**RELATÓRIO E VOTO**

**NOVA PONTOCOM COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A.**, interpôs o presente recurso de agravo irrisignado com decisão monocrática proferida por esta relatoria, em sede de **RECURSO DE APELAÇÃO**, na qual negou-se seguimento a decisão de fls. 141 e seg., proferida pelo juízo de direito da 1ª Vara da Comarca de Timbaúba.

O litígio deu origem a Ação de Desconstituição de Débito c/c Pedido de Indenização por Danos Morais, em que o ora agravado, pessoa jurídica de direito privado, **Alvinho H. Meneses ME**, alegou que ficou surpreso ao receber em seu estabelecimento comercial produtos que não foram adquiridos pela empresa, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Relatou que diante do fato, de imediato, providenciou a devolução das mercadorias, emitindo nota fiscal referente a tal devolução. Aduziu que mesmo tendo efetuado tal procedimento, teve seu nome inscrito nos órgãos de serviço de proteção ao crédito- SPC/SERASA.

Contra esta decisão insurge-se o agravante defendendo a tese de que a compra, objeto da negativação, realmente foi realizada, e caso não tenha ocorrido pelo agravado, foi concretizada por terceiros, os quais de posse das informações do agravado realizaram as compras não sendo, por conseguinte estas adimplidas, gerando, portanto, a legitimidade da negativação.

Requer o conhecimento e provimento do recurso no sentido de ser reformada a decisão agravada e/ou juízo de retratação a fim de que possa ser conhecido e provido o recurso por essa e. 1ª Câmara Cível do TJPE. Prequestiona dispositivos na peça de insurgência com o fito de interposição de recursos extremos.

**É o essencial a relatar.**

Recebo o recurso por preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Ab initio, não vislumbro possibilidade de retratação do julgado desafiado.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Adianto, pois, que não vejo qualquer fato novo ou relevante a modificar o entendimento estampado na decisão combatida.

Como é cediço a todos, poderá o relator decidir individualmente as questões de mérito, quando negar seguimento ao recurso que se apresenta manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior (ex vi do art. 557, caput, do CPC ).

Com efeito, o artigo 557, caput, do Código de Processo Civil reflete a aplicação do princípio da economia processual, constante do artigo 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, e visa, como é salutar, desobstruir pautas dos tribunais para que se agilize o julgamento das ações e dos recursos que realmente precisam ser submetidos à apreciação pelo órgão colegiado.

A toda evidência as razões dos recursos foram motivadamente examinadas e decididas, restando superada a insurgência do Agravante, à luz dos fundamentos constantes no ordenamento jurídico pátrio e também no entendimento predominante do STJ.

Ademais, como não houve inovação nos argumentos suscitados no presente agravo capaz de alteração a compreensão explicitada na decisão terminativa desafiada e, sendo assim, reporto-me ao breve resumo das razões de decidir da decisão proferida no recurso de apelação, de minha lavra, que gerou o presente Agravo.

Assim restou decidido:

***"A insurgência tem como suporte a anulação de contrato firmado com a demandada e reparação moral pelos constrangimentos sofridos pela negativação de suposta dívida indevida, relativa à aquisição de dois Mini System MHC- GTR 555 e dois Mini System MHC- GTR 333.***

***A empresa apelada recebeu estas mercadorias, provenientes da empresa apelante, conforme cópia da respectiva nota fiscal nº 013.924 Série 8 de 14. 06.2012. Relata que ao consultar seu setor de compras foi verificado que não havia realizado qualquer pedido de compras de mercadorias junto à empresa apelante. Dessa forma, aduz ter imediatamente emitido nota fiscal de devolução, sob o nº 015608, das referidas mercadorias . (fl. 13)***



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**Dirimindo a controvérsia, analisando o mérito, o magistrado fundamentou suas razões de decidir, no fato de uma empresa individual ser vítima de fraude, na qual foi firmado contrato irregular em seu nome e, depois, teve seu nome negativado.**

**O conjunto probatório evidencia não ter conseguido a demandada/apelante comprovar a regularidade da avença, mediante a efetiva participação da parte autora na formalização do contrato de compra e venda, como forma de garantir a validade da compra e venda.**

**Com efeito, a relação existente entre as partes não ficou comprovada não existindo provas de que a parte apelada firmou a avença. Comungo do entendimento do magistrado de piso de que caberia ao demandado comprovar que o defeito no serviço não ocorreu ou que o autor concorreu para tal fato.**

**Legítima, pois, a desconstituição do débito e sendo assim cabe ao apelante suportar as suas falhas operacionais e os riscos de sua atividade laborativa.**

**Quanto ao dano moral, sua ocorrência, questão de ordem subjetiva, não exige do ofendido a prova efetiva do dano, bastando demonstrarem através dos fatos, a existência de constrangimento que atinja a dignidade da pessoa humana.**

**A indenização do dano moral deve ter o objetivo de dissuadir o ofensor da prática ilícita da ofensa e, ao mesmo tempo, indenizar o ofendido do constrangimento que suportou, sem, contudo, tornar-se forma de enriquecimento por parte do ofendido. Tem-se que a reparação civil por danos morais possui caráter compensatório e de desestímulo à conduta ilícita praticada, devendo ser também observadas a intensidade do dano suportado e as condições econômicas do ofensor e do ofendido.**

**Ou seja, analisando os fatos narrados na exordial, bem como as provas colacionadas aos autos tem-se que o valor da indenização arbitrada pelo Juiz de Primeiro Grau compõe efetivamente os danos suportados pela recorrida em face da situação por esta enfrentada, qual seja a negativação ilegítima de seu nome junto aos órgãos de restrição ao crédito bem como todas as implicações decorrentes de tal fato.**



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**Sobre o tema, trago entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em casos análogos:**

**DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.**

**1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral.**

**2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes.**

**3. Recurso especial não provido.**

**(REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).**

**Ademais, registre-se que o valor arbitrado encontra-se em sintonia com o que vem sendo fixado por esta i. Corte de Justiça para casos análogos, conforme se depreende da ementa abaixo transcrita:**

**"RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO -NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DIREITO DOS SUCESSORES À INDENIZAÇÃO. 1. A obrigação de indenizar o dano moral nasce no momento em que o agente pratica o ato ilícito e o bem tutelado sofre a lesão. Logo, a indenização devida passa a integrar o patrimônio da vítima, transmitindo-se aos herdeiros do titular. Preliminar de ilegitimidade dos sucessores rejeitada. Decisão unânime. 2. "Dano" "moral" consistente na inscrição indevida no SERASA, à falta de prova da contratação. Fixação da quantia indenizatória em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Apelo provido, recurso adesivo improvido. Decisão unânime". (Apelação Cível nº 139295-6, Relator: José Fernandes, Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível, Data do Julgamento: 6/12/2006)**

**Sendo assim, ao se estabelecer o quantum indenizatório deve o magistrado observar todos os preceitos acima citados, com o intuito de não se fixar uma quantia insignificante nem tão pouco exorbitante. Com efeito, verifico que a quantia estabelecida**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

***pelo Magistrado a quo, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), está dentro dos parâmetros adotados por esta e. Corte.***

***Desta feita, diante dos princípios da moderação e da razoabilidade, observadas as variáveis do caso concreto, bem como a situação econômica das partes, a sentença proferida pelo Juiz singular não merece reparos no tocante ao quantum indenizatório por ele fixado."***

No meu sentir, cabível, desta feita, a reparação. Portanto, mantenho o *decisum a quo* no que diz respeito à indenização por danos morais, pelos próprios fundamentos acima esposados, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

No que tange ao prequestionamento, o juiz ou tribunal não está obrigado a decidir a controvérsia segundo aquilo que a parte entende como correto, mas apenas lançar suas razões segundo sua convicção sobre a matéria de fato ou de direito que se assenta à pretensão. Isso decorre do disposto no art. 131 do CPC, expressão positivada do princípio do "livre convencimento motivado".

É de ressaltar-se ainda, que o Juiz não está obrigado a examinar todas as teses invocadas pelas partes, nem tampouco se ater aos fundamentos indicados por elas.

Diante do exposto **VOTO PELO IMPROVIMENTO** do Recurso de Agravo para manter a decisão terminativa de fls. 171/180 proferida em grau de recurso de apelação.

Recife, 21 de julho de 2014.

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
**Relator**